

-----**ACTA NÚMERO 41/2010**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
DEZ.**-----

-----Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, e com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, e Vereadores: Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Rui Miguel da Silva Barreto, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Dr. Gil da Silva Canha, Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade. Presente como Secretário o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.--
-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - O Senhor Vereador Gil Canha,

do PND, iniciou este período abordando as obras de contenção da arriba junto à Socipamo, questionando quem está a pagar os custos desta obra.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, respondeu à questão dizendo que o licenciamento impôs a contenção da arriba. Explicou que, o que aconteceu a vinte de Fevereiro não foi da arriba mas do Ribeiro dos Tornos que transbordou, obra que também já está concluída pela Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.-----

-----Concluindo a sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, fez referência ao canteiro existente na Rua Direita, já abordado anteriormente, tendo o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, informado que irá ser feito no próximo ano.-----

----- - De seguida interveio o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referindo, a propósito do aterro na Avenida do Mar, que no Plano de Investimentos da Região Autónoma da Madeira, estão previstas verbas para a contenção da zona em questão. Nesse sentido, perguntou se a Câmara tinha conhecimento do projecto.---

----- - O Senhor Presidente interveio dizendo que a Câmara não tinha conhecimento, mas que o Senhor Secretário Regional dissera publicamente que até final do ano era apresentado o estudo. Como medida cautelar, referiu, deve ter sido prevista uma verba no Orçamento com essa finalidade.-----

-----Continuando no uso da palavra e relativamente à zona do Parque de Diversões na Praia Formosa, onde recentemente ocorreu

uma inundação, que supostamente teria atrasado a sua abertura, perguntou se foram feitas as vistorias aos equipamentos de diversão.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que tudo foi feito conforme determina a lei.-----

-----Por fim, este Vereador saudou a intervenção imediata da Câmara Municipal do Funchal no Ribeiro do Til, defendendo que deveria ser apresentada a factura ao Governo Regional.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, a este propósito, informou que a Câmara, como é normal, de imediato chegou ao local e em coordenação com a Direcção Regional de Hidráulica fez a intervenção necessária para salvaguardar a segurança da zona afectada.-----

Assuntos Diversos: - Foi apreciado e votado o assunto seguinte, que não foi incluído na Ordem do Dia.-----

VOTO DE LOUVOR AO RESTAURANTE Il Gallo D'oro: - O Senhor Presidente apresentou o seguinte Voto de Louvor:-----

---“A qualidade de um destino turístico mede-se pela excelência dos seus serviços prestados. Pela capacidade que têm as suas estruturas de proporcionar aos visitantes todas as comodidades e o bem-estar possíveis. Pela sua boa apresentação, pelos seus bons serviços, pela qualidade dos seus produtos. A Madeira pretende impor-se como um destino turístico de qualidade no universo cada vez mais difícil da oferta global de destinos turísticos. Numa época em que se afirmam mais locais susceptíveis de serem visitados e

usufruídos, com paisagens gloriosas, climas soberbos e actividades de todas as espécies. Para atingir este objectivo, é forçoso que a Madeira – e as suas estruturas – se esmerem na qualidade dos serviços que prestam, tornando cada vez mais atractivo o seu produto no mercado turístico global. É pois no apoio a esta estratégica que a CMF se congratula e atribui um voto de louvor ao Restaurante Il Gallo D’ oro, situado no The Cliff Bay Hotel, o qual foi recentemente distinguido, pelo terceiro ano consecutivo, com uma estrela Michelin. Sendo esta distinção um importantíssimo marco indicador de qualidade no universo turístico e da restauração mundial, a sua atribuição é uma honra para a Cidade do Funchal, e será uma grande ajuda para o prestígio do nosso produto turístico no mercado internacional”.

--- - Colocado à votação a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, bem como aprovar a colocação de uma placa a mencionar a presente distinção na Estrada Monumental, a instalar pela Câmara Municipal do Funchal.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011: -

O Senhor Vereador do Pelouro, Pedro Calado, no uso da palavra traçou as principais linhas com que se rege este Orçamento, apresentando o seguinte resumo:-----

“**Objectivos** - 1. Reforço prioritário de medidas de apoio social; 2.

Seleccção rigorosa do investimento público; 3. Redução da despesa corrente e de funcionamento; 4. Redução da dívida a fornecedores e às Juntas de Freguesia; 5. Rigor na utilização de recursos disponíveis; 6. Rentabilidade de activos: humanos, logísticos e tecnológicos; 7. Orçamento e Plano de Investimentos, rigoroso e com muita disciplina financeira.-----

Enquadramento Macroeconómico - Estagnação económica da economia portuguesa; - Grave deterioração da situação económica e financeira de Portugal com graves consequências na nossa economia e mercados financeiros; - Elevado défice externo, desemprego, aumento das taxas de juro da dívida pública, falta de credibilidade política; - Grande e preocupante crescimento do número das famílias carenciadas; - Dívidas da Administração Central para com o Município; - Ano de 2010 muito marcado pelas intempéries de 20 de Fevereiro; 13 de Agosto; 25 de Novembro.

Valor Global do Orçamento – O valor do Orçamento é de 108,25M€, assim dividido: - Receitas Correntes 77% = 83,2M€ / Despesas Correntes 46% = 49,8M€; Receitas de Capital 23% = 24,9M€ / Despesas de Capital/ Investimento 54% = 58,4M€. Despesas Correntes = 46% do Orçamento (49,8M€); Despesas de Capital/ Investimentos = 54% do Orçamento (58,4M€).-----

A Poupança Corrente foi em 2008 = 8,7M€; 2009 = 20,8M€; 2010 = 25,3M€; 2011 = 33,5M€. Esta evolução resulta do efeito conjugado da redução da “Despesa Corrente” e do aumento da “Receita Corrente”. -----

As Despesas Correntes diminuem 12,1M€ (-19,6%) e as Despesas de Capital/Investimento aumentam 6,1M€ (+11,9%). O valor total do Orçamento de 2010 foi de 114,175M€, sendo o de 2011 de 108,25M€, o que traduz uma diminuição de 5,9M (-5,2%).-----

Despesas Correntes - A redução das Despesas Correntes é justificada pela diminuição nas Despesas com o Pessoal de 6,5% (-2M€); de 33% (-8M€) na Aquisição de Bens e Serviços e de 30% (-0,5M€) nos Juros/Outros Encargos.-----

Despesas de Capital - O aumento nas Despesas de Capital é fruto do acréscimo de 15% (6M€) na Aquisição de Bens de Capital/Investimentos.-----

Receitas de Capital - As Receitas de Capital apresentam uma diminuição resultante da redução de 4M€ (- 43%) nos Passivos Financeiros (utilização de empréstimos).-----

Receitas Próprias - As Receitas Próprias mostram o elevado grau de independência financeira do Município: 2011= 69,8M€ (64,5% do Orçamento); 2010 = 70,9M€ (61,4% do Orçamento); 2009 = 69,6M€ (60,7% do Orçamento).-----

Transferências do Orçamento de Estado - O valor das Transferências do Orçamento de Estado em 2009 foi de 16,2M€, em 2010 de 17,1M€, tendo sido em 2011 reduzido para 15,6M€.---

Despesas Correntes - As Despesas Correntes são maioritariamente constituídas pelas Despesas com o Pessoal (59%/Despesas Correntes) e pela Aquisição de Bens e Serviços (31%/Despesas Correntes). As Despesas com o Pessoal ascendem a

29,5M€ (apenas 27% da despesa) e apresentam uma diminuição de 2M€ (-6,5%) devido à redução do número de funcionários de 2010 para 2011 (passa de 1854 funcionários para 1740 funcionários em 2011). -----

Juros da Dívida Pública – Em 2009 = 0,9M€; 2010 = 0,7M€; 2011= 0,5M€. Em 2 anos verificou-se uma redução de 50%.-----

Transferências Correntes – O apoio às Juntas de Freguesia é de 1,6M€, ou seja, vamos manter a nossa política de forte apoio às Juntas de Freguesia. Nos últimos 4 anos reforçamos este apoio em 42%. As transferências decorrentes do Orçamento de Estado para as Juntas de Freguesia, irão sofrer em 2011 um decréscimo na ordem dos 7,5%.-----

Subsídios – O valor inscrito a título de subsídios é de 0,8M€, sendo 0,4M€ o montante a atribuir a cada uma das Empresas Municipais.-----

Passivos Financeiros (amortização de empréstimos) – em 2009 os passivos financeiros ascenderam a 6,5M€; em 2010 = 9,7M€ e em 2011= 9,8M€. Do montante 9,8M€; 3,5M€ são destinados ao Empréstimo de Curto Prazo e 6,3M€ ao Empréstimo de Médio e Longo Prazo.-----

Endividamento – No final de 2010 o Município do Funchal deverá ultrapassar o limite de endividamento em 5,1M€. Em 2011 estima-se que este excesso, seja completamente anulado. Esta situação foi provocada pela intempérie de 20 de Fevereiro de 2010 que obrigou a CMF a assumir despesas no valor de 7,4M€, situação

imprevisível e não esperada.-----

Empréstimo de Médio e Longo Prazo – No próximo ano o Município vai abater, na sua dívida à banca, cerca de 6,3M€.-----

Empréstimo de Curto Prazo – O empréstimo de curto prazo para 2011 é de 3,5M€.”-----

--- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, começou por questionar o que eram verbas não definidas, ao que o Senhor Vereador Pedro Calado, do PSD, esclareceu que eram projectos candidatados a fundos ainda não aprovados.-----

---Continuando no uso da palavra este Vereador referiu: “Em primeiro lugar quero louvar e reconhecer o esforço da Câmara em tentar reduzir ao máximo as despesas correntes, no valor de doze milhões de euros para dois mil e onze. Ao nível das linhas de desenvolvimento estratégico, não seguem aquilo que nós defendemos e que a cidade precisa, por exemplo, na área social, comércio tradicional, questão da segurança de pessoas e bens etc. Por outro lado não há uma preocupação nas políticas intermunicipais, porque há questões que são transversais, como por exemplo nos transportes e educação. Por isso a nossa abstenção no Orçamento e no PPI”.-----

--- - O Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, pronunciou-se da seguinte forma: “No plano estritamente técnico tanto o Orçamento como o Plano são bons documentos. Queria saudar como aspecto positivo a poupança corrente de trinta e três milhões, se se vier a confirmar isso no final do ano, porque isto é uma base

previsional. Como oportunidade de melhoria sugiro que conste no Orçamento do próximo ano, o montante dos encargos assumidos e não pagos e a execução orçamental da receita/despesa até Setembro do corrente ano. Nota-se claramente um ajustamento da despesa na receita, um esforço nesse sentido, mas há um aspecto, o endividamento que subiu, ou seja, o endividamento líquido ultrapassa 5,1 milhões ao permitido por Lei e não há garantias que não ultrapasse em 2011”.-----

----- - O Senhor Vereador Pedro Calado, explicou que tinha a ver com o vinte de Fevereiro onde a Câmara gastou sete vírgula quatro milhões de euros e as verbas do IRS de dois mil e nove que não foram recebidas.-----

--- - O Senhor Presidente usou da palavra afirmando que a verba gasta no vinte de Fevereiro, não foi desvario orçamental, foi uma emergência que, aliás, nem deveria ser considerado no endividamento.-----

---Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, questionou o porquê de apenas estar inscrito no Orçamento 226 mil euros para Acção Social; de gastar-se 500 mil euros em renovação do parque automóvel; e prever-se investir cerca de 450 mil euros na reconversão do matadouro do Funchal num museu, num momento particularmente difícil para as famílias e as empresas, disse que o CDS/PP já tinha apresentado duas propostas na Câmara Municipal do Funchal, uma para bonificação de 5000 litros de água e outra para a redução de 50% nas taxas de

toldos, esplanadas e anúncios luminosos, nesta altura, fazia sentido que houvesse um maior esforço para os mais pobres e para os comerciantes, isto é, medidas de incentivo à economia e aos mais desfavorecidos.-----

---Opinou que o montante de quatro vírgula seis milhões que o Governo da República deve do IRS à Câmara devia ser utilizado em pagamentos aos pequenos e médios fornecedores. No último orçamento de dois mil e nove, a taxa de execução situava-se nos setenta por cento, por isso também pensa que em dois mil e onze, não será superior, o que quer dizer que muitas destas previsões não se irão concretizar. Defendeu que deve haver uma opção mais proactiva ao nível do comércio, principalmente numa situação difícil como esta que atravessamos. -----

---Em relação às transferências para as Juntas de Freguesia salientou que mantêm-se em valores aceitáveis.-----

---Terminou dizendo que o Funchal foi altamente fustigado em dois mil e dez pelo temporal de vinte de Fevereiro e pelos incêndios de treze de Agosto, bem como com as mais recentes chuvas, e por isso o CDS/PP abstém-se no Orçamento e vota a favor do Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, começou por fazer uma observação pelo facto de haver Câmaras no País que fazem discussão pública do próprio Orçamento, o que em termos de transparência é de louvar. Disse também que algumas delas levam o Orçamento à aprovação em

reuniões públicas, o que não se passa no Funchal.-----
---Em sua opinião, deveriam constar também os valores da receita de dois mil e nove para uma melhor percepção do que se passa a este nível.-----
--- - O Senhor Vereador do PSD, Pedro Calado, afirmou: “Fazemos a comparação com dois mil e dez, mas há uma regra que a lei nos impõe de que o valor das receitas não pode ser superior à média dos dois últimos anos”.-----
---Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha referiu, a propósito da dívida de três vírgula seis milhões do Governo à Câmara, que gostaria de saber quanto é que a Câmara deve à Valor Ambiente e ao IGA.-----
--- - O Senhor Vereador Pedro Calado, do PSD, informou que à Valor Ambiente a Câmara não devia nada no final do mês de Outubro. Quanto ao IGA devia cerca de três vírgula cinco milhões.-
---Prosseguindo no uso da palavra, o mesmo Vereador colocou outras questões relacionadas com algumas verbas, tais como:-----
---Deslocações e Estadias – Acha que a verba inscrita no valor de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), é exagerada;-----
--- - O Senhor Vereador Pedro Calado, esclareceu que foi proposta uma redução de trinta e três por cento neste Capítulo, mas que era necessário também ter em conta a dimensão da Câmara e que grande parte desse valor é apoiado por fundos dos muitos programas que a Câmara tem aprovado.-----
---Publicidade e Informática – Valores inscritos que, em sua

opinião, são exagerados;-----

--- - O Senhor Vereador Pedro Calado esclareceu que o valor de noventa por cento inscrito na publicidade é para editais.-----

---Quanto à Informática, apenas está previsto no Orçamento o pagamento das licenças de software, que a Câmara já negociou para reduzir o seu valor.-----

---Matadouro – Numa altura de crise investir mais de quatrocentos mil euros em obras para um Museu, acha no mínimo de questionar.-----

--- - O Senhor Presidente disse que é uma questão de oportunidade, acrescentando: “A melhor colecção da Península Ibérica e das melhores da Europa é da Fundação Berardo. Surgiu a oportunidade de termos esta colecção no Funchal, e por isso a necessidade de recuperar o edifício para um Museu de Arte Nova, sendo o primeiro da Península Ibérica. Se nós não aproveitamos esta oportunidade, outras cidades irão aproveitar, inclusive Lisboa está interessada”.-----

---O Senhor Vereador Gil Canha, do PND, terminou a sua intervenção dizendo que se abstinha na votação dos documentos.--

--- - Em seguida, tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar todos sabemos que temos uma posição política diferente, defendemos um Orçamento participativo e a criação da área metropolitana e discordamos do POCAL, que não está adaptado à realidade das Autarquias. Dois mil e dez é um ano difícil, como

todos sabemos. Nesse ano o Funchal foi atingido por intempéries que provocaram graves danos e prejuízos e temos ainda a crise económica. Era necessária mais inovação, audácia e iniciativa neste Orçamento e Plano, para enfrentar a nova realidade. A começar pela receita, como nós propusemos aqui e não foi aprovado, um conjunto de propostas, por exemplo a taxaço da exploraço de inertes; a derrama sobre as grandes empresas, bancos e grupos económicos; postura exigente perante o Governo Regional nos custos de capitalidade; nas isençoes do IMI às unidades hoteleiras, onde a Câmara deveria ser compensada e apuramento dos custos de capitalidade.-----

-----Defendemos o reforço do investimento público nesta época de crise. De resto já defendemos o reforço do endividamento para investimento quando os juros eram baixos. Há necessidade de programas específicos para a reabilitaço urbana. É previsível o agravamento das questões sociais e do problema da habitaço, e na nossa opiniao este é um Orçamento defensivo com o qual não concordamos.-----

---Relativamente ao edificio do Matadouro e ao Museu de Arte Nova ali a instalar, fiquei com a ideia de que haveriam fundos comunitários, mas não existindo esses apoios tenho sérias reservas, embora concorde que o edificio deve ser recuperado bem como a zona envolvente. Por tudo isto votamos contra o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos”.-----

--- - Assim, a Câmara deliberou: aprovar a proposta de Orçamento,

com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PS, CDS/PP e PND e voto contra da CDU; aprovar o Plano Plurianual de Investimentos, com os votos favoráveis do PSD e CDS/PP, abstenção do PS e PND e voto contra da CDU. Mais deliberou submeter os documentos à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do número dois do artigo sessenta e quatro e na alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número 5-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. A proposta do Orçamento para o ano de dois mil e onze totaliza o valor de € 108.250.000,00 (cento e oito milhões duzentos e cinquenta mil euros), repartido por receitas correntes € 83.272.661,00 (oitenta e três milhões duzentos e setenta e dois mil seiscentos e sessenta e um euros) e receitas de capital de € 24.977.339,00 (vinte e quatro milhões novecentos e setenta e sete mil trezentos e trinta e nove euros). As despesas no montante de € 108.250.000,00 (cento e oito milhões duzentos e cinquenta mil euros) repartem-se por despesas correntes € 49.806.965,00 (quarenta e nove milhões oitocentos e seis mil novecentos e sessenta e cinco euros) e despesas de capital € 58.443.035,00 (cinquenta e oito milhões quatrocentos e quarenta e três mil e trinta e cinco euros). (Os documentos referidos ficarão, por fotocópia, arquivados em pasta própria).-----
---Nesta altura o Senhor Presidente saiu, passando a presidir os restantes trabalhos o Senhor Vice-Presidente.-----

----- - **Empréstimo de curto prazo no valor de € 3.500.000, para o ano de 2011:** - Em presença do relatório de análise das propostas das Instituições de Crédito para um empréstimo de apoio à Tesouraria, para o ano dois mil e onze, no valor de € 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil euros), a Câmara deliberou, com abstenção do PS e PND, aprovar e proceder à audiência prévia dos interessados.-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** “Voto a favor porque uma Câmara com esta dimensão não pode ter rupturas de tesouraria e este tipo de financiamento é de facto necessário para acudir por exemplo a situações de emergência como o pagamento atempado aos fornecedores.”-----

3 – PESSOAL:-----

----- - **Proposta de Revisão da Organização dos Serviços do Município do Funchal:** - A Câmara deliberou, com abstenção do PS, CDS/PP, PND e CDU, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta do seguinte teor:-----

-----“**1 - Proposta para o Modelo de Organização Interna do Município de Funchal** - A estrutura e o funcionamento dos serviços do Município de Funchal regem-se nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria qualitativa e quantitativa do serviço prestado e da garantia da

participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais, aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. Face ao novo normativo legal, bem como à actual conjuntura procedeu-se a alguns ajustamentos na estrutura dos serviços municipais de forma a majorar a sua eficiência e eficácia, permitindo uma interligação mais eficaz entre as diversas unidades orgânicas. Por outro lado, existiu a preocupação de permitir que a estrutura proposta disponha de uma lógica de actuação transversal a todas as unidades orgânicas, tendo em atenção as inúmeras competências e atribuições de que os Municípios estão investidos, na certeza de que o constante reforço do princípio de descentralização administrativa induz a que não se opte por um modelo organizacional assente numa departamentalização excessiva. Foi, igualmente, tido em conta o alinhamento da estrutura à estratégia da organização. No seguimento destes princípios, propõe-se que a organização interna dos serviços municipais do Município do Funchal obedeça, de acordo com o previsto na alínea *a)* do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, ao modelo estrutural hierarquizado, tal como proposto no *Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal* que a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a aprovação. **2 — Proposta da estrutura nuclear e definição das unidades orgânicas nucleares** - Face ao modelo de estrutura proposto, e na

observância do disposto no n.º 2 do artigo 10.º e na alínea b) do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, propõe-se que a estrutura nuclear seja composta por 17 (dezassete) departamentos municipais. A definição das unidades nucleares, suas atribuições e competências constam no *Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal*, em anexo, o qual a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a aprovação. **3 — Proposta de fixação da dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis** - Face ao disposto na alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo 58 (cinquenta e oito) unidades orgânicas flexíveis, conforme consta do *Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal* em anexo. **4 — Proposta de fixação da dotação máxima de Subunidades Orgânicas** - Face ao disposto na alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de 30 (trinta) subunidades orgânicas, conforme consta do *Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal* em anexo. **5 — Proposta de fixação da dotação máxima de equipas de projecto** - Face ao disposto na alínea f) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de 3 (três) equipas de

projecto, conforme consta do *Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal* em anexo.”

(O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).-----

--- - **Mapa de Pessoal para o ano 2011**: - A Câmara aprovou, com abstenção do PS e CDU, a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“De acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, nos nºs 1 e 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal para o ano de 2011”. (O referido documento fica, por fotocópia, como anexo (A) à presente acta).-----

4 - HABITAÇÃO SOCIAL:-----

----- - **Viveiros III - 24 fogos - alteração do prazo de execução da obra**: - Em função do exposto na informação do Departamento de Concursos e Notariado (refª 48/D.C.N./10), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração do prazo de execução da obra de “Acabamentos do Conjunto Habitacional dos Viveiros III - 2ª fase”, nos termos do relatório.-----

5 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO:-----

----- - **Remodelação dos sistemas de abastecimento domiciliário de água, drenagem de águas residuais,**

drenagem de águas pluviais e rede de rega do Sector Oriental do Funchal – Alteração do prazo de execução:

- Foi ratificado pela Câmara, com abstenção do PS, o seguinte despacho dado pelo Senhor Presidente na informação do Departamento de Água e Saneamento Básico (refª DASB/329), sobre a obra em epígrafe: “Autorizada a alteração do prazo de execução da obra para trinta (30) meses. Autorizada a prorrogação do prazo de entrega de propostas por mais quarenta e sete (47) dias”.-----

6 – URBANISMO:-----

-----**6.1 – Loteamento:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto referente a uma operação de loteamento, apresentado por M & D VIEIRA – Sociedade de Construção Civil, Unipessoal, Lda. (procº 42803/10), a levar a efeito no Caminho do Miranda, freguesia de Santo António.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Acta publicada nos locais de estilo, através do Edital nº 400/2010